

Grupo de Apoio à  
Criança com  
Câncer do  
Amazonas -  
GACC/AM

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803  
Millennium Center - Business Tower  
69050-010 - Manaus/AM - Brasil  
Caixa postal 3751  
Telefone +55 (92) 2123-2350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros e aos Diretores do

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas - GACC/AM

Manaus – AM

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM (“Entidade” ou “GACC”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

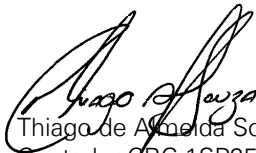
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 22 de julho de 2021

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/F-5



Thiago de Almeida Souza  
Contador CRC 1SP251413/O-2

## Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	513.350	35.322	Fornecedores	7	25.139	300
Recursos vinculados à projetos	4	1.333.972	1.174.180	Obrigações sociais e trabalhistas	8	134.933	95.228
Contas a receber		1.300	4.740	Convênios a comprovar	9	1.723.798	1.181.693
Adiantamentos concedidos	5	2.002	810				
Outros créditos		25.642	20.279				
		<u>1.876.266</u>	<u>1.235.330</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>1.883.870</u>	<u>1.277.221</u>
<b>Total do ativo circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	10	1.491.960	1.525.105
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>1.491.960</u>	<u>1.525.105</u>
Imobilizado	6	2.515.216	2.554.973				
Intangível		733	5.448	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<u>2.515.949</u>	<u>2.560.421</u>	Patrimônio social		1.615.213	1.592.254
<b>Total do ativo não circulante</b>				Déficit acumulado	11	(598.828)	(598.829)
				<b>Total patrimônio social</b>		<u>1.016.385</u>	<u>993.426</u>
<b>Total ativo</b>		<u><u>4.392.215</u></u>	<u><u>3.795.751</u></u>	<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>4.392.215</u></u>	<u><u>3.795.751</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM

### Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Sem restrições</b>			
Vendas de serviços, mercadorias, eventos e doações	12	1.749.855	1.449.225
Receitas com trabalhos voluntários	3.m	<u>1.209.198</u>	<u>1.203.198</u>
		2.959.053	2.652.423
<b>Com restrições</b>			
Receita de projetos e subvenções	13	<u>1.058.525</u>	<u>627.811</u>
		<b><u>4.017.578</u></b>	<b><u>3.280.234</u></b>
<b>Custo e despesas operacionais</b>			
<b>Sem restrições</b>			
Despesas com pessoal	14	(845.738)	(653.830)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.169.748)	(1.067.542)
Despesa com trabalhos voluntários	3.m	(1.209.198)	(1.203.198)
Outras Receitas - Apropriação de Subvenções	10	33.145	44.052
Outras Receitas - Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	6	35.000	-
Outras Receitas - Isenção de INSS Patronal (CEBAS)	8.1	165.638	-
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>74.529</u>	<u>4.882</u>
		(2.916.372)	(2.875.636)
<b>Com restrições</b>			
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(1.058.525)</u>	<u>(627.811)</u>
		<u>(1.058.525)</u>	<u>(627.811)</u>
<b>Superávit/(Déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>42.681</u>	<u>(223.213)</u>
Receitas financeiras	20	3.190	1.009
Despesas financeiras	20	<u>(22.912)</u>	<u>(20.367)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<u>(19.722)</u>	<u>(19.358)</u>
<b>Superávit/(Déficit) do exercício</b>		<b><u>22.959</u></b>	<b><u>(242.571)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Em Reais)*

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Superávit/(Déficit) do exercício</b>	22.959	(242.571)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente</b>	<u><u>22.959</u></u>	<u><u>(242.571)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em Reais)*

	<b>Patrimônio social</b>	<b>(Déficits) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019</b>	1.592.254	(356.258)	1.235.996
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(242.571)</u>	<u>(242.571)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>1.592.254</u>	<u>(598.829)</u>	<u>993.426</u>
Superávit do exercício	<u>22.959</u>	<u>-</u>	<u>22.959</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>1.615.213</u>	<u>(598.829)</u>	<u>1.016.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit/(Déficit) do exercício</b>		22.959	(242.571)
<b>Ajustes por:</b>			
Depreciação	6	180.275	254.388
Depreciação da subvenção de bens a apropriar - imobilizado	10	(33.145)	(44.052)
Amortização		14.832	13.642
Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	6	-	4.535
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Recursos vinculados a projetos		(159.792)	271.970
Contas a receber		3.440	(2.568)
Adiantamentos concedidos		(1.192)	59.989
Outros créditos		(5.363)	(2.477)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		24.839	(3.999)
Empréstimos entre projetos		-	(60.779)
Obrigações sociais e trabalhista		39.705	35.549
Convênios a comprovar		542.105	(110.526)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>628.663</u>	<u>173.101</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	6	(140.518)	(180.729)
Aquisição de intangível		<u>(10.117)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<u>(150.635)</u>	<u>(180.729)</u>
<b>Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		478.028	(7.628)
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro</b>		<u>35.322</u>	<u>42.949</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<u><b>513.350</b></u>	<u><b>35.322</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas - GACC/AM foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho nº 290, D. Pedro; é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta da dos associados que a compõem, sem vinculação político-religiosa ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e aos adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON ou em outras instituições similares.

#### **1.1 COVID-19**

Em 2020, a Entidade teve de passar por algumas mudanças devido à pandemia da COVID-19. Uma das mudanças foi a adaptação do trabalho *home office* dos colaboradores e a realocação das famílias que faziam tratamento e acompanhamento na casa para espaços individualizados custeados pelo GACC, a fim de minimizar riscos de contaminação dos hóspedes. Um dos principais eventos que arrecadam recursos para a Entidade, a tradicional Feijoada do GACC, não aconteceu. A não realização desse evento deixou de arrecadar, aproximadamente, R\$ 120 mil.

Apesar de a presente situação ser extremamente delicada, a Administração da Entidade continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.

### **2 Base de preparação e declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em reunião realizada em 22 de julho de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.1 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e arredondadas para a unidade mais próxima.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### ***Julgamentos***

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade.

### ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

Não há informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

## **2.4 Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para mais detalhes, veja Nota Explicativa nº 21 – Instrumentos Financeiros. A Entidade reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## **3 Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

### **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) *Ativos financeiros não derivativos***

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

*Empréstimos e recebíveis*

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem recursos vinculados a projetos, contas a receber de clientes e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

**(iii) *Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e convênios a comprovar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iv) Ativos e passivos financeiros derivativos**

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, incluindo operação de *hedge*.

**b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com as entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes aos créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos.
- **Receitas:** à medida que as despesas vão sendo realizadas, faz-se um débito na conta de obrigação do projeto e uma contrapartida no grupo de receita, anulando o efeito das despesas dos projetos.
- **Subvenção para investimentos** - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC aplicável a pequenas e médias empresas. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

**c. Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e é composto por valores a receber da venda de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

Devido ao recebimento ser realizado basicamente por cartões de crédito, não houve necessidade de reconhecer redução ao valor recuperável do ativo.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

**e. Intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Basicamente compreende softwares, que tiveram sua vida útil estimada em cinco anos.

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**g. Convênios a comprovar**

Os convênios referem-se aos aportes recebidos de entidades governamentais e outras entidades do Brasil. Tais convênios são regidos por editais e ao final de cada execução é enviada uma prestação de contas para a entidade que aportou o recurso.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**i. Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

**j. Receitas da prestação de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**k. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.

**l. Outras despesas e receitas**

Outras despesas operacionais abrangem o custo das baixas dos bens do ativo efetuados por meio de descarte por obsolescência ou doação.

**m. Receitas e despesas de trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2020, a Entidade registrou o montante de R\$ 1.209.198 (R\$ 1.203.198 em 2019) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços.

**n. Tributação**

A Entidade é isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97 art. 15).



Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18, IV):

- (a) Não remunerar por nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

	2020			2019		
	Recursos sem restrição	vinculados Recursos a projetos	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem restrição	Recursos vinculados a projetos	Total de recursos com e sem restrição
<b>Caixa e equivalentes</b>						
Caixa	4.065	-	4.065	2.020	-	2.020
Bancos conta corrente e aplicações financeiras	509.285	-	509.285	33.302	-	33.302
<b>Total</b>	<b>513.350</b>	<b>-</b>	<b>513.350</b>	<b>35.322</b>	<b>-</b>	<b>35.322</b>
<b>Recursos vinculados</b>						
Bancos conta corrente	-	817.487	817.487	-	186.608	186.608
Aplicações financeiras	-	516.485	516.485	243.242	744.330	987.572
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.333.972</b>	<b>1.333.972</b>	<b>243.242</b>	<b>930.938</b>	<b>1.174.180</b>
	<b>513.350</b>	<b>1.333.972</b>	<b>1.847.322</b>	<b>278.564</b>	<b>930.938</b>	<b>1.209.502</b>

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S.A., Bradesco S.A. e Banco do Brasil, remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB). Em 2020, a instituição acumulou um total de R\$ 3,1 mil com as aplicações e, em 2019, um montante de R\$ 1 mil.

A Entidade também possui “Aplic Aut Mais” administrada pelo Itaú, que é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP).

#### 4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades.

#### 4.2 Recursos vinculados

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto.

### 5 Adiantamentos concedidos

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Adiantamentos a fornecedores	<u>2.002</u>	<u>810</u>
	<b><u>2.002</u></b>	<b><u>810</u></b>

A conta de adiantamentos a fornecedores se refere a adiantamentos a ser descontados na finalização do serviço.

### 6 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

	01/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2020
<b>Custo</b>				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios	450.036	11.528	-	461.564
Máquinas e equipamentos	113.990	7.561	-	121.551
Equipamentos de informática	196.493	2.929	-	199.422
Veículos	<u>305.565</u>	<u>118.500</u>	<u>(97.725)</u>	<u>326.340</u>
	<u>3.866.084</u>	<u>140.518</u>	<u>(97.725)</u>	<u>3.908.877</u>
<b>Depreciação</b>				
Edificações	(600.244)	(56.000)	-	(656.244)
Móveis e utensílios	(264.411)	(41.343)	-	(305.754)
Máquinas e equipamentos	(63.807)	(11.320)	-	(75.127)
Equipamentos de informática	(145.900)	(19.850)	-	(165.750)
Veículos	<u>(236.749)</u>	<u>(51.762)</u>	<u>97.725</u>	<u>(190.786)</u>
	<u>(1.311.111)</u>	<u>(180.275)</u>	<u>97.725</u>	<u>(1.393.661)</u>
	<b><u>2.554.973</u></b>	<b><u>(39.757)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>2.515.216</u></b>

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019 está assim demonstrada:

	01/01/2019	Adições	Baixas	31/12/2019
<b>Custo</b>				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios	451.038	3.174	(4.176)	450.036
Máquinas e equipamentos	110.187	6.669	(2.866)	113.990
Equipamentos de informática	165.319	44.703	(13.530)	196.492
Veículos	179.382	126.183	-	305.565
	<u>3.705.927</u>	<u>180.729</u>	<u>(20.572)</u>	<u>3.866.084</u>
<b>Depreciação</b>				
Edificações	(488.244)	(112.000)	-	(600.244)
Móveis e utensílios	(222.869)	(44.058)	2.516	(264.411)
Máquinas e equipamentos	(54.131)	(11.358)	1.683	(63.806)
Equipamentos de informática	(131.879)	(25.859)	11.838	(145.900)
Veículos	(175.636)	(61.113)	-	(236.749)
	<u>(1.072.760)</u>	<u>(254.388)</u>	<u>16.037</u>	<u>(1.311.111)</u>
	<u><b>2.633.167</b></u>	<u><b>(73.659)</b></u>	<u><b>(4.535)</b></u>	<u><b>2.554.973</b></u>

A Administração da Entidade registra seus ativos pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada conforme taxa de depreciação individual. Anualmente, a Entidade realiza inventário dos bens e quando há necessidade de baixa ou descarte é realizado por meio de nota fiscal.

Durante o exercício de 2020, a Entidade adquiriu um carro modelo L200 Triton, além de outros bens móveis de apoio às atividades operacionais. Para isso, vendeu o veículo Ducato, totalmente depreciado, o que gerou um ganho na alienação de bens registrado no grupo de Outras Receitas, no valor de R\$ 35.000.

Em 2020, foi ajustado o tempo de vida útil do terreno da Entidade e suas construções para 50 anos. Anteriormente, a Entidade utilizava 25 anos como tempo de vida útil para depreciar esses bens.

## 7 Fornecedores

Fornecedores é composto de duplicatas diversas referente aos serviços necessários para manutenção e funcionamento do GACC; o saldo em 2020 era de R\$ 25.139 (R\$ 300 em 2019).

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Salários a pagar	57.914	36.344
Provisão de férias	54.249	42.607
INSS a recolher	11.121	8.617
Outras obrigações sociais	11.649	7.660
	<u><b>134.933</b></u>	<u><b>95.228</b></u>

Em 2016, o GACC conseguiu a certificação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o que o isentou do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos.

Foi registrada no resultado, no grupo de Outras Receitas, a estimativa de INSS Patronal que a Entidade teve de isenção por ter a certificação do CEBAS na área de Educação, no valor de R\$ 165.638.

## 9 Convênios a comprovar

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Convênio Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescent	226.074	-
Convênio OI Futuro	34.075	34.074
Convênio Instituto Ronald McDonald	416.705	384.528
Convênio Secretaria de Assistência Social	(327)	-
Convênio Ministério Público do Trabalho	(827)	93
Convênio Fundo Solidário	31.093	53.032
Convênio Ministério do Trabalho	18.442	19.467
Convênio Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	513.231	690.500
Convênio Sidney Leite	4.690	-
Emenda Isac Tayah	5.320	-
Fundo Manaus Solidário	191.360	-
Emenda Fundo Manaus Solidário	(992)	-
Convênio Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - Emenda Isac Tayah	4.103	-
Emenda da Secretária da Mulher, Assistência Social e Cidadania	57.415	-
Fundo de Promoção Social 2019	88.168	-
Fundo Manaus Solidário 2021	55.268	-
Emenda Ricardo Nicolau	80.000	-
	<u>1.723.798</u>	<u>1.181.693</u>

Em 2020, as captações mais relevantes foram os valores de R\$ 469.825 com o projeto Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e R\$ 250.000 da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc). Detalhes adicionais das captações e movimentações dos convênios estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

## 10 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

<b>Subvenção de imobilizado bruto</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	1.727.482	1.727.482
Terrenos	<u>270.000</u>	<u>270.000</u>
	<u>1.997.482</u>	<u>1.997.482</u>
<b>Depreciação</b>		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	<u>(505.522)</u>	<u>(472.377)</u>
Subvenção de imobilizado líquida	<u>1.491.960</u>	<u>1.525.105</u>
Depreciação dos exercícios	33.145	44.052

O montante histórico recebido como doação e/ou vinculado a convênios era de R\$ 1.997.482, equivalentes ao terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.727.482.

As subvenções para investimento são reconhecidas como passivo não circulante, e são cotejadas com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens, ao longo do período de vida útil.

Em 2020, a Entidade ajustou o tempo de vida útil da depreciação de edificações e das subvenções para 50 anos, conforme laudo de vida útil. Anteriormente, utilizava 25 anos como tempo de vida útil para cálculo de depreciação.

## 11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade, constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou à entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

	2020	2019
Patrimônio social	1.615.213	1.592.254
Déficit acumulado	<u>(598.828)</u>	<u>(598.829)</u>
	<u>1.016.385</u>	<u>993.426</u>

### 11.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

## 12 Receitas operacionais - sem restrições

	2020	2019
<b>Receita</b>		
Venda de mercadorias	113.750	185.455
Doações	<u>1.636.105</u>	<u>1.263.770</u>
	<u>1.749.855</u>	<u>1.449.225</u>

As receitas das vendas de mercadorias são referentes as vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos etc.).

As receitas de doações são arrecadadas através do *call center* da Entidade, programa "Casinha do Troco Solidário" e outras doações.

### 13 Receitas operacionais - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Mapa de Movimentação dos Projetos	31.12.2019	Adições		Baixas / Despesas	Devolução de Recursos	31/12/2020
		Adição/Aporte	Aplicações Financeiras			
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	7.083
IRM	184.502	61.484	-	(34.450)	-	211.536
MC DIA 2017	67.812	-	-	-	-	67.812
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	34.075
MTB	19.468	-	28	(1.054)	-	18.442
PRONON	690.500	-	14.175	(191.445)	-	513.230
Mc Dia 2018	82.244	-	5.147	-	-	87.391
Fundo Solidário	53.033	-	27	(19.628)	(2.338)	31.093
MPT Elétrica	93	-	-	(920)	-	(827)
SEAS	-	-	-	(327)	-	(327)
Sidney Leite	-	100.000	710	(96.020)	-	4.690
Emenda Isac Tayah	-	50.000	14	(44.694)	-	5.320
Fundo Manaus Solidário	-	189.956	1.404	-	-	191.360
CMDCA 2020	-	469.825	256	(244.006)	-	226.074
Emenda FMS	-	22.000	-	(22.992)	-	(992)
CMDCA Emenda Isac Tayah	-	50.000	171	(46.068)	-	4.103
Semasc Emenda	-	250.000	434	(193.019)	-	57.415
FPS 2019	-	107.362	-	(19.194)	-	88.168
Fundo M Solidário 2021	-	199.976	-	(144.708)	-	55.268
Emenda Ricardo Nicolau	-	80.000	-	-	-	80.000
<b>Total</b>	<b>1.181.693</b>	<b>1.580.603</b>	<b>22.365</b>	<b>(1.058.525)</b>	<b>(2.338)</b>	<b>1.723.798</b>

Mapa de Movimentação dos Projetos	31.12.2018	Adições		Baixas / Despesas	Devolução de Recursos	31.12.2019
		Adição/Aporte	Aplicações Financeiras			
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	4.942	-	2.141	-	-	7.083
IRM	196.458	164.432	2.087	(178.475)	-	184.502
MC DIA 2017	67.812	-	-	-	-	67.812
CMDCA	34.519	-	2.204	(12.303)	(24.419)	-
Aplicações Projeto OI Futuro	32.011	-	2.063	-	-	34.074
MTB	58.376	49.981	481	(89.370)	-	19.468
PRONON	779.299	-	660	(89.458)	-	690.500
Mc Dia 2018	75.918	-	6.326	-	-	82.244
Fundo Solidário	-	179.999	1.290	(128.257)	-	53.033
MPT Elétrica	-	130.000	42	(129.949)	-	93
<b>Total</b>	<b>1.292.219</b>	<b>524.412</b>	<b>17.294</b>	<b>(627.811)</b>	<b>(24.419)</b>	<b>1.181.693</b>

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2020 foi recebido o total de R\$ 1.580.603, sendo R\$ 1.058.525 aplicados em custeio. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em obrigações com projetos no passivo circulante.

A seguir apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **Instituto Ronald McDonald (IRM)** - o custeio do IRM foi utilizado em alguns projetos pontuais, como “Oh de Casa”, que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; “Feliz Vivo Mais”, que custeou alguns pedidos pontuais do HEMOAM para melhoria no hospital; e, além destes, o IRM também custeou as despesas operacionais do GACC. Esse projeto é contínuo e os recursos são originados das vendas das camisas da campanha e dos *tickets* do McDia Feliz.
- (b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** - esse projeto financiou parte da equipe de assistência social, médicos e nutricionistas e, também, custeio para realizar visitas a 200 pacientes em Manaus.
- (c) **Ministério do Trabalho (MTB)** - foi captado do TRT 11º região e servirá na manutenção das atividades de acolhimento da Entidade, sendo o recurso utilizado para custeio de mão de obra dos profissionais de nutrição, psicólogos, assistente social e outros.
- (d) **Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)** - o PRONON, através do Ministério da Saúde, beneficiará os serviços de acolhimento institucional para o exercício de 2020.
- (e) **Fundo Solidário** - foi captada, por meio de edital, a quantia de R\$ 199.976 para ser utilizada nas atividades de acolhimento da Entidade.
- (f) **Sidney Leite** - recurso de emenda parlamentar destinado para custeio de assistente social, aquisição de materiais de limpeza e alimentação.
- (g) **Isac Tayah** – recurso destinado para aquisição de mantimentos, compra de bens duráveis, e material de limpeza.
- (h) **Semasc Emenda** – recurso destinado para aquisição de alimentos, custeio de profissionais e aquisição de bens duráveis para a instituição.

## 14 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	(392.464)	(309.419)
Encargos sociais e trabalhistas	(47.500)	(45.920)
Férias e 13º salário	(83.178)	(95.265)
Prêmios e benefícios	(115.157)	(94.757)
INSS Patronal – Isento	(166.198)	-
Outras despesas com pessoal	(41.241)	(108.469)
	<u>(845.738)</u>	<u>(653.830)</u>

## 15 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de terceiros	(502.532)	(428.740)
Material de consumo e infraestrutura	<u>(667.216)</u>	<u>(638.802)</u>
	<u><b>(1.169.748)</b></u>	<u><b>(1.067.542)</b></u>

## 16 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços especializados	(696.482)	(273.357)
Alimentação	(109.830)	(182.716)
Bens duráveis	(157.555)	(136.576)
Outras despesas	<u>(94.658)</u>	<u>(35.162)</u>
	<u><b>(1.058.525)</b></u>	<u><b>(627.811)</b></u>

## 17 Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

### PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

### COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

## 18 Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. Em 2020, a Entidade registrou como isenção previdenciária o montante de R\$ 165.638.

## 19 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O CEBAS, emitido pelo CNAS, compreende o período de 30 de junho de 2019 a 29 de junho de 2022, sob o nº 235874.0002162/2019.



## 20 Receitas (despesas) financeiras

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.190	1.009
	<u>3.190</u>	<u>1.009</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multas	(415)	(31)
Outras despesas financeiras	(22.497)	(20.336)
	<u>(22.912)</u>	<u>(20.367)</u>
	<u>(19.722)</u>	<u>(19.358)</u>

## 21 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração, e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimo e recebíveis.

### Valor justo

Não existem diferenças entre o valor de mercado e os valores registrados na contabilidade.

### Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos.

### Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento Técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

### **Risco de liquidez**

Riscos de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

### **Risco de mercado**

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outros, o desenvolvimento de estudos e a análise econômico-financeira, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

## **22 Gestão de capital**

A política da Administração da Entidade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Entidade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Caixa e equivalentes de caixa	513.350
(-) Total do passivo (deduzidos convênios a comprovar e subvenção de bens a apropriar)	<u>(160.072)</u>
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	353.278
Patrimônio líquido	<u>1.016.385</u>
Saldo de patrimônio líquido	<u><u>1.369.663</u></u>

Com base no cálculo acima é possível verificar que a Entidade possui um superávit de patrimônio de R\$ 1.504.941 diante de suas dívidas totais.

### **23 Avais, fianças e garantias**

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não apresentava avais, fianças e garantias.

\* \* \*

## **Administração da Entidade**

Jakeliny Bastazini Santos  
Presidente

Amadeu Amâncio de Oliveira  
Contador CRC 014697-O/AM